



Ano I Nº 360
03 de Março de 2010

Índice

2010 é o ano das mulheres, diz Grana	01
Lula: "Dilma vai crescer nas pesquisas"	02
Dia Internacional da Igualdade de Gênero	03
CUT cobra ações concretas pela igualdade	04
Grande mídia organiza campanha contra Dilma	05

INTERNACIONAL

2010 é o ano das mulheres, diz Carlos Grana

Em artigo, o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT presta homenagem ao Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março

No ano que se celebra "100 anos de lutas por igualdade" novamente levanta-se a bandeira das 40h.

Roberto Parizotti

No próximo dia 8 de março, celebra-se o centenário do Dia Internacional da Mulher, 100 anos que marcam no calendário mundial a luta contra as desigualdades, a exploração e a violência contra as mulheres em todo mundo.

É importante conhecer a nossa história para que possamos compreender o nosso presente. O dia 8 de março não foi escolhido aleatoriamente no calendário, bem como a cor lilás não está relacionada às mulheres por ser delicada ou singela.



No ano de 1857, em Nova York (EUA) operárias tecelãs organizaram-se reivindicando o direito à redução da jornada de trabalho e melhores condições de trabalho, durante a greve o edifício onde elas estavam foi incendiado e dezenas de mulheres morreram de forma trágica. Em homenagem à luta destas trabalhadoras, a ativista pelos direitos femininos, Clara Zetkin, propôs durante a II Conferência de Mulheres, realizada em 1910 na Dinamarca, que o dia 8 de março fosse declarado como o Dia Internacional da Mulher e a cor lilás fosse adotada como o símbolo do movimento feminista.

É no ano que se celebra "100 anos de lutas por igualdade" novamente a bandeira da Redução da Jornada semanal de Trabalho, sem redução no salário, está no centro das reivindicações da classe trabalhadora. Defendemos a jornada de 40 horas (hoje a jornada oficial no País é 44h) porque, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida, em razão de que o trabalhador e a trabalhadora terão mais tempo ao lazer, ao estudo/qualificação profissional e à saúde, a medida também acarretará na geração de cerca de dois milhões de novos postos de trabalho, segundo estudos elaborados pelo Dieese.

Todo o movimento sindical, em especial a CUT, está engajado nesta importante luta, que depende de aprovação na Câmara dos Deputados, para se transformar em lei no nosso País. No dia 1º de junho, as entidades sindicais já aprovaram a realização de um Dia Nacional de Lutas em defesa da jornada de 40 horas, sem redução no salário, que também definirá uma pauta de reivindicações gerais que será entregue aos candidatos que concorrerão à presidência da República.

>>>

>>> 2010 é o ano das mulheres, diz Carlos Grana

Este é outro momento importante na história do nosso País. Nestas eleições estarão em disputa dois projetos antagônicos, de um lado propostas que nos levarão certamente ao atraso ao retrocesso ao Estado mínimo e ausências de políticas públicas de distribuição de renda e valorização do ser humano, de outro lado o projeto que amplia os avanços conquistados pelo povo brasileiro durante o governo Lula, como o Bolsa-Família o Pró-Uni, a valorização do salário mínimo, os conselhos e conferências populares, espaços de debate e construção de um novo país, mais democrático e justo.

Estes projetos, repito antagônicos, estarão colocados na mesa, os brasileiros e principalmente as brasileiras definirão o futuro de todos nós em outubro próximo, o que está em jogo não é apenas a sucessão presidencial, mas sim a política do Estado Brasileiro, de um lado a volta da concentração de renda, da subserviência e da miséria, de outro lado nós, homens e mulheres que ousaram realizar um sonho, um sonho de um Brasil mais justo, soberano e fraterno, um Brasil de mulheres corajosas, como a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Russef, que nos fazem acreditar mais na humanidade e na felicidade como um direito de todos e todas. A luta continua!

Carlos Grana é presidente da CNM/CUT.

Lula: "Dilma vai crescer nas pesquisas"

Dilma crescerá mais nas pesquisas quando deixar o governo, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acredita que a ministra da Casa Civil e pré-candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, deverá começar a decolar nas pesquisas de intenção de voto depois que deixar o governo, no início de abril.

"E ela vai ficar mais conhecida quando sair do governo e começar a andar o Brasil livremente e a fazer campanha", disse Lula, avaliando como bom o desempenho de Dilma na pesquisa do Datafolha.

Ricardo Stuckert/PR



Presidente Lula e a Ministra Dilma Rousseff na Case, em Sorocaba, conversam com metalúrgico

O levantamento apontou um avanço nas intenções de voto na ministra e uma queda nas preferências do eleitorado em relação ao governador paulista, José Serra (PSDB).

O presidente, no entanto, procurou frisar que se trata apenas de uma pesquisa e a disputa eleitoral ainda não está definida. Ele rejeitou a ideia de que o levantamento pode afugentar Serra da corrida eleitoral.

"É uma grande bobagem imaginar que uma pesquisa deixe um candidato com medo, com oito meses de antecedência de uma eleição. O que eu digo para vocês é que o jogo está começando, e o jogo está bom. Há um certo equilíbrio".

Lula também comentou o fato de Dilma e Serra terem participado juntos, ontem, de um evento na cidade de Sorocaba, no interior de São Paulo.

"É um fato inusitado da democracia brasileira. As pessoas que são candidatas e são oponentes já não se veem mais como inimigas, como antigamente, as pessoas se tratam como brasileiros civilizados que disputam o mesmo cargo", afirmou.

Além disso, o presidente pediu aos parlamentares que não tomem neste ano eleitoral decisões precipitadas ou com o intuito exclusivo de ganhar votos sob o risco do Brasil perder a imagem de um país sério.

Sobre a emenda no projeto que cria o fundo social do pré-sal, que garante a utilização de parte dos recursos para o reajuste de aposentadorias com valor superior ao salário mínimo, Lula disse que vai esperar o material chegar em sua mesa para tomar uma posição. (Valor, 03.03.2010)

Dia Internacional da Igualdade de Gênero

Equidade salarial é prioridade da CUT no centenário da Declaração Internacional das Mulheres; confira a programação

Valter Bittencourt



Há 100 anos, durante a 2.^a Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhague, Dinamarca, a alemã Clara Zetkin propôs a criação de um dia internacional da mulher.

A escolha do 8 de março ainda gera polêmica. Os registros históricos indicam que seria uma homenagem à iniciativa de operárias russas que nessa data realizaram uma greve contra a fome, a guerra e o czarismo. Porém, durante décadas a história de que a referência seria a morte, em 1857, de 100 tecelãs norte-americanas em greve pela redução da jornada de trabalho, vítimas de um incêndio criminoso, serviu como referência.

Seja qual for a motivação, a realidade é que mesmo após um século, a pauta de reivindicação das trabalhadoras ainda inclui direitos básicos. Mesmo com avanços nos últimos anos como a ampliação da licença maternidade para seis meses e o combate à violência doméstica por meio da criação da Lei Maria da Penha, ainda há discrepâncias especialmente em relação aos salários entre homens e mulheres. "O Brasil já ratificou a Convenção 100 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) - que trata de remuneração igual para trabalho de igual valor -, mas após a aprovação cada nação deve se adequar ao que dispõe a norma", explica Rosane Silva, Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT.

Como forma de contribuir para colocar a convenção em prática, a CUT iniciou um estudo nacional sobre as disparidades salariais entre os gêneros e até o final de 2010 apresentará o resultado, já com uma proposta de lei própria para o País.

Marcha Mundial de Mulheres - Além de defender a equidade salarial nas comemorações do 8 de março, a CUT também levará a bandeira para a terceira ação internacional que a Marcha Mundial de Mulheres promoverá.

A mobilização ocorrerá em todos os continentes e no Brasil acontecerá entre os dias 8 e 18 de março. Com o tema "Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres", a entidade feminista que conta com a participação da Central iniciará uma caminhada a partir de Campinas, no interior paulista, e seguirá até São Paulo defendendo bens comuns e serviços públicos, paz e desmilitarização, autonomia econômica e o fim da violência contra as mulheres.

A CUT reivindica ainda a ratificação da Convenção 156 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) - atualmente aguardando votação na Câmara dos Deputados -, que determina a igualdade de tratamento e oportunidades para os trabalhadores dos dois sexos com responsabilidades familiares e a ampliação irrestrita das licenças maternidade e paternidade. "Apesar de 30% das famílias serem chefiadas por mulheres, o salário das trabalhadoras é considerado pelos patrões como uma ajuda no orçamento doméstico. Queremos que homens e mulheres tenham direito a se dedicar durante seis meses aos filhos recém-nascidos como forma de dividir as responsabilidades e também de acabar com o discurso de empregadores que justificam a não contratação de nossas companheiras devido ao período de licença", explicou.

Como já há uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) no Congresso para ampliar a licença maternidade, a Central irá apresentar uma emenda que extenda a paternidade para os seis meses seguintes após o retorno da mulher ao mercado de trabalho.

Segundo destaca pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), divulgada em março de 2009, o rendimento médio por hora de trabalho das mulheres casadas com filhos é de R\$ 5,89, contra R\$ 6,91 daquelas sem filhos. A taxa de desemprego das que não possuem filhos (13,1%) também é menor do que a das que possuem (15,6%), comprovando a preferência dos empregadores por aquelas que não tenham de realizar a chamada dupla jornada.

Confira a programação nos estados

CUT cobra ações concretas pela igualdade

Às vésperas da celebração dos 100 anos da Declaração do Dia Internacional das Mulheres, as seis centrais sindicais brasileiras (CUT, Força Sindical, CGTB, CTB, UGT, Nova Central) se reuniram na manhã da sexta-feira (26), na região central de São Paulo, com a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire (SPM), para discutir questões de gênero, trabalho e sindicalismo.

A ministra iniciou a participação explicando que a prioridade da SPM no primeiro semestre deste ano é a igualdade e promoção do acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Para isso, ela elencou três eixos principais de atuação: o projeto de lei apresentado em dezembro no Senado, a ratificação pelo Brasil da convenção 156 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ambos referentes à relação de igualdade entre homens e mulheres no trabalho, e a PEC (proposta de emenda constitucional) 30, que estende para seis meses a licença maternidade.

As trabalhadoras aproveitaram a oportunidade para criticar a construção do projeto sem a participação dos movimentos sociais e o formato que não aponta ações práticas. Em análise realizada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e pela CUT, foram destacados pontos como a falta de referência à igualdade de remuneração e de regras para acesso e a progressão feminina no mercado de trabalho em condições de igualdade.

Rosane Silva lembrou que mesmo antes de existir unidade entre as centrais, a CUT já produzia políticas de gênero. Em relação ao PL, ela ressaltou a necessidade da construção de um grupo de trabalho (GT) para analisar cada ponto do documento e de convocar os movimentos sociais no momento em que fosse para votação no Congresso.

A dirigente falou ainda sobre a necessidade de lutar para equiparar os direitos das trabalhadoras domésticas com os demais trabalhadores e de retomar a campanha do início dos 1980 apontando a creche como um direito às crianças do campo e da cidade e uma obrigação do Estado. (...)

Por fim, Rosane disse que as centrais desejam realizar uma audiência com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e com a própria Nilcéia. "Queremos apresentar a pauta das mulheres para as eleições de 2010 e acreditamos que você (Nilcéia) seria a pessoa mais indicada para organizar essa agenda", disse.

Da mesma forma que fez na Oficina de Planejamento da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, Artur Henrique, criticou a juridização da política e a politização do Judiciário, que afetam avanços democráticos conquistados dentro do Congresso. "Passamos um tempão discutindo temas como políticas de cotas, reconhecimento das centrais, extensão da licença-maternidade e aí vem um partido conservador, entra com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e vemos todo esse esforço sofrer um grande golpe", comentou.

O presidente também registrou que outra pauta da CUT, a redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário, é simplificada por muitos setores da sociedade sob a ótica da geração de emprego e não da luta por mais tempo com a família, para lazer e para a qualificação.

Ministra Nilceia Freire participa do encontro

(...) Em relação aos grupos de trabalho e aos projetos de lei, ela acredita que as audiências públicas não substituem uma discussão mais profunda e que o PL não é um objetivo em si, mas sim um pretexto para discutir o assunto. "A construção de um GT é muito importante não só para aperfeiçoar o projeto, mas também trabalhar a estratégia conjuntamente e a mobilização na sociedade."

Sobre o trabalho doméstico, a ministra afirmou que o fato da convenção 156 não ter sido votada e não ocorrer um avanço na questão dos direitos trabalhistas para as domésticas são duas de suas frustrações. "Avançamos em alguns alguns direitos das trabalhadoras domésticas que estavam no limbo, mas o grande pulo era a PEC. A gente batalhou, mas não imaginava que a resistência fosse tão violenta. Para mim, a coisa mais dolorosa foi ver como as pessoas reagiam na questão da fixação da jornada de trabalho", lamentou.

Creche, violência e contrapartidas sociais - Nilcéa disse ainda que está de acordo com a avanço de seis meses também para a licença parital e que será possível melhorar muito a situação das creches com o PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento), que o governo Lula anunciará em 2010. "No PAC 2, que será anunciado agora e é mais social do que o PAC 1, a previsão é de imediata construção de 10 mil creches nas comunidades de baixa renda no País", anunciou. (...)

Ao final, a ministra elogiou a observação de Artur sobre as contrapartidas sociais e destacou que isso precisa ser mais explorado. "As políticas de estímulo como selo pró-equidade que temos devem vir paralelas às medidas restritivas. Na bolsa mundial onde se valoriza as ações, a questão da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um dos quesitos", concluiu. (CUT, 01.03.2010)

Grande mídia organiza campanha contra Dilma

O fantasma do esquerdismo ronda o País. Empresários montam palco para exorcizar possibilidade de vitória de Dilma. Eles acreditam que se candidata de Lula for eleita o stalinismo será implantado no Brasil. O debate era para ser sobre democracia e liberdade de expressão

Por Bia Barbosa, na Carta Maior

Em seminário promovido pelo Instituto Millenium em SP, representantes dos principais veículos de comunicação do país afirmaram que o PT é um partido contrário à liberdade de expressão e à democracia. Eles acreditam que se Dilma for eleita o stalinismo será implantado no Brasil. "Então tem que haver um trabalho a priori contra isso, uma atitude de precaução dos meios de comunicação. Temos que ser ofensivos e agressivos, não adianta reclamar depois", sentenciou Arnaldo Jabor.

Se algum estudante ou profissional de comunicação desavisado pagou os R\$ 500,00 que custavam a inscrição do 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, organizado pelo Instituto Millenium, acreditando que os debates no evento girariam em torno das reais ameaças a esses direitos fundamentais, pode ter se surpreendido com a verdadeira aula sobre como organizar uma campanha política que foi dada pelos representantes dos grandes veículos de comunicação nesta segunda-feira, em São Paulo.

Promovido por um instituto defensor de valores como a economia de mercado e o direito à propriedade, e que tem entre seus conselheiros nomes como João Roberto Marinho, Roberto Civita, Eurípedes Alcântara e Pedro Bial, o fórum contou com o apoio de entidades como a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), ANER (Associação Nacional de Editores de Revista), ANJ (Associação Nacional de Jornais) e Abap (Associação Brasileira de Agências de Publicidade). E dedicou boa parte das suas discussões ao que os palestrantes consideram um risco para a democracia brasileira: a eleição de Dilma Rousseff.

A explicação foi inicialmente dada pelo sociólogo Demétrio Magnoli, que passou os últimos anos combatendo, nos noticiários e páginas dos grandes veículos, políticas de ação afirmativa como as cotas para negros nas universidades. Segundo ele, no início de sua história, o PT abrangia em sua composição uma diversidade maior de correntes, incluindo a presença de lideranças social-democratas. Hoje, para Magnoli, o partido é um aparato controlado por sindicalistas e castristas, que têm respondido a suas bases pela retomada e restauração de um programa político remanescente dos antigos partidos comunistas.

"Ao longo das quatro candidaturas de Lula, o PT realizou uma mudança muito importante em relação à economia. Mas ao mesmo tempo em que o governo adota um programa econômico ortodoxo e princípios da economia de mercado, o PT dá marcha ré em todos os assuntos que se referem à democracia. Como contraponto à adesão à economia de mercado, retoma as antigas idéias de partido dirigente e de democracia burguesa, cruciais num ideário anti-democrático, e consolida um aparato partidário muito forte que reduz brutalmente a diversidade política no PT. E este movimento é reforçado hoje pelo cenário de emergência do chavismo e pela aliança entre Venezuela e Cuba", acredita. "O PT se tornou o maior partido do Brasil como fruto da democracia, mas é ambivalente em relação a esta democracia. Ele celebra a Venezuela de Chávez, aplaude o regime castrista em seus documentos oficiais e congressos, e solta uma nota oficial em apoio ao fechamento da RCTV", diz.

A RCTV é a emissora de TV venezuelana que não teve sua concessão em canal aberto renovada por descumprir as leis do país e articular o golpe de 2000 contra o presidente Hugo Chávez, cujo presidente foi convidado de honra do evento do Instituto Millenium. Hoje, a RCTV opera apenas no cabo e segue enfrentando o governo por se recusar a cumprir a legislação nacional. Por esta atitude, Marcel Granier é considerado pelos organizadores do Fórum um símbolo mundial da luta pela liberdade de expressão - um direito a que, acreditam, o PT também é contra.

"O PT é um partido contra a liberdade de expressão. Não há dúvidas em relação a isso. Mas no Brasil vivemos um debate democrático e o PT, por intermédio do cerceamento da liberdade de imprensa, propõe subverter a democracia pelos processos democráticos", declarou o filósofo Denis Rosenfield. "A idéia de controle social da mídia é oficial nos programas do PT. O partido poderia ter se tornado social-democrata, mas decidiu que seu caminho seria de restauração stalinista. E não por acaso o centro desta restauração stalinista é o ataque verbal à liberdade de imprensa e expressão", completou Magnoli. (...)

O deputado petista Antonio Palocci, convidado do evento, até tentou tranquilizar os participantes, dizendo que não vê no horizonte nenhum risco à liberdade de expressão no Brasil e que o Presidente Lula respeita e defende a liberdade de imprensa. O ministro Hélio Costa, velho amigo e conhecido dos donos da mídia, também. "Durante os procedimentos que levaram à Conferência de Comunicação, o governo foi unânime ao dizer que em hipótese alguma aceitaria uma discussão sobre o controle social da mídia. Isso não será permitido discutir, do ponto de vista governamental, porque consideramos absolutamente intocável", garantiu.

>>> Grande mídia organiza campanha contra Dilma

Mas não adiantou. Nesta análise criteriosa sobre o Partido dos Trabalhadores, houve quem teorizasse até sobre os malefícios da militância partidária. Roberto Romano, convidado para falar em uma mesa sobre Estado Democrático de Direito, foi categórico ao atacar a prática política e apresentar elementos para a teoria da conspiração que ali se construía, defendendo a necessidade de surgimento de um partido de direita no país para quebrar o monopólio progressivo da esquerda.

O "risco Dilma"

Convictos da imposição pelo presente governo de uma visão de mundo hegemônica e de um único conjunto de valores, que estaria lentamente sedimentando-se no país pelas ações do Presidente Lula, os debatedores do Fórum Democracia e Liberdade de Expressão apresentaram aos cerca de 180 presentes e aos internautas que acompanharam o evento pela rede mundial de computadores os riscos de uma eventual eleição de Dilma Rousseff. A análise é simples: ao contrário de Lula, que possui uma "autonomia bonapartista" em relação ao PT, a sustentação de Dilma depende fundamentalmente do Partido dos Trabalhadores. E isso, por si só, já representa um perigo para a democracia e a liberdade de expressão no Brasil.

"O que está na cabeça de quem pode assumir em definitivo o poder no país é um patrimonialismo de Estado. Lula, com seu temperamento conciliador, teve o mérito real de manter os bolcheviques e jacobinos fora do poder. Mas conheço a cabeça de comunistas, fui do PC, e isso não muda, é feito pedra. O perigo é que a cabeça deste novo patrimonialismo de estado acha que a sociedade não merece confiança. Se sentem realmente superiores a nós, donos de uma linha justa, com direito de dominar e corrigir a sociedade segundo seus direitos ideológicos", afirma o cineasta e comentarista da Rede Globo, Arnaldo Jabor. "Minha preocupação é que se o próximo governo for da Dilma, será uma infiltração infinitas de formigas neste país. Quem vai mandar no país é o Zé Dirceu e o Vaccarezza. A questão é como impedir politicamente o pensamento de uma velha esquerda que não deveria mais existir no mundo", alerta Jabor.

Para Denis Rosenfield, ao contrário de Lula, que ganhou as eleições fazendo um movimento para o centro do espectro político, Dilma e o PT radicalizaram o discurso por intermédio do debate de idéias em torno do Programa Nacional de Direitos Humanos 3, lançado pelo governo no final do ano passado. "Observamos no Brasil tendências cada vez maiores de cerceamento da liberdade de expressão. Além do CFJ e da Ancinav, tem a Conferência Nacional de Comunicação, o PNDH-3 e a Conferência de Cultura. Então o projeto é claro. Só não vê coerência quem não quer", afirma. "Se muitas das intenções do PT não foram realizadas não foi por ausência de vontades, mas por ausência de condições, sobretudo porque a mídia é atuante", admite.

Hora de reagir

E foi essa atuação consistente que o Instituto Millenium cobrou da imprensa brasileira. Sair da abstração literária e partir para o ataque.

"Se o Serra ganhasse, faríamos uma festa em termos das liberdades. Seria ruim para os fumantes, mas mudaria muito em relação à liberdade de expressão. Mas a perspectiva é que a Dilma vença", alertou Demétrio Magnoli.

"Então o perigo maior que nos ronda é ficar abstratos enquanto os outros são objetivos e obstinados, furando nossa resistência. A classe, o grupo e as pessoas ligadas à imprensa têm que ter uma atitude ofensiva e não defensiva. Temos que combater os indícios, que estão todos aí. O mundo hoje é de muita liberdade de expressão, inclusive tecnológica, e isso provoca revolta nos velhos esquerdistas. Por isso tem que haver um trabalho a priori contra isso, uma atitude de precaução. Senão isso se esvai. Nossa atitude tem que ser agressiva", disse Jabor, convocando os presentes para a guerra ideológica.

"Na hora em que a imprensa decidir e passar a defender os valores que são da democracia, da economia de mercado e do individualismo, e que não se vai dar trela para quem quer a solapar, começaremos a mudar uma certa cultura", prevê Reinaldo Azevedo.

Um último conselho foi dado aos veículos de imprensa: assumam publicamente a candidatura que vão apoiar. Espera-se que ao menos esta recomendação seja seguida, para que a posição da grande mídia não seja conhecida apenas por aqueles que puderam pagar R\$ 500,00 pela oficina de campanha eleitoral dada nesta segunda-feira. (*Ação DIAP. 02.03.2010*)